

A IMPORTÂNCIA DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL SOBRE OS OMBROS DE GIGANTES

CARLOS EDUARDO DE FRANCISCIS RAMOS – TENENTE-CORONEL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

1 INTRODUÇÃO

O século XXI, com todas as suas incertezas e com a celeridade das transformações em curso, conceitos como guerra assimétrica, novas ameaças, terrorismo e outros povoam a maioria dos estudos sobre defesa. Neste sentido, aspectos considerados mais convencionais como a mobilização de uma nação, dos seus recursos materiais e humanos para defesa de sua integridade territorial e soberania sobre seus recursos naturais é, por vezes tratado como mera retórica. A grande quantidade de interesses entrelaçados entre os diversos atores do sistema internacional, que juntamente com os processos de integração e cooperação por intermédio de arranjos políticos e econômicos, induzem um futuro incerto onde o surgimento de conflitos com variada natureza e intensidade é uma realidade.

Ao recorrer a célebre frase de Isaac Newton: "Se vi mais longe foi por estar de pé sobre ombros de gigantes" pretende-se transportar esta assertiva para a temática da Mobilização Nacional. Para isso o autor valeu-se da obra estudiosos da guerra, militares, teóricos, cientistas políticos e economistas, gigantes em suas áreas de atuação que abordaram direta ou indiretamente a importância da mobilização nacional.

A Mobilização Nacional, instituto presente na Carta Magna brasileira de 1988 e na LC Nº 11.631/2007, é um conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, complementando a Logística Nacional, para capacitar o País a realizar ações estratégicas no campo da Defesa Nacional, diante de agressão estrangeira. Sendo assim, cabe ao Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB, composto por diversos órgãos e ministérios e tendo o Ministério da Defesa como órgão central, atuar ordenada e integradamente no planejamento e na execução da mobilização e da desmobilização nacionais. Em que pese o termo mobilização nacional ter surgido de forma consensual para os estados somente na segunda metade do século XIX, por ocasião da Guerra Franco- Prussiana, a questão da preparação dos exércitos remontam há séculos antes de Cristo.

Desta forma, neste artigo serão abordadas as principais ideias de grandes autores ao longo da história, no tocante a defesa de uma nação, com ênfase na preparação em pessoal e material para a guerra e sua importância como elemento de dissuasão na grande estratégia de cada estado. Tal discussão torna-se ainda mais pertinente às vésperas do lançamento do Livro Branco de Defesa Nacional oportunidade que devido importância singular e transversalidade do tema, contribuirá de forma indissociável para as discussões e divulgação da defesa nacional no Brasil.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Sun Tzu e a mobilização como poder de dissuasão

Em sua obra a Arte da Guerra escrita em algum momento no período dos reinos combatentes, ente 453 a 221 a.C, Sun Tzu estabelece atribuições específicas para o soberano e para o comandante militar. Nesse sentido, afirma que na guerra o general receberá a

delegação do soberano para mobilizar a população, reunir o exército e concentrar suas forças. 1

Sendo assim, mais do que definindo atribuições ao chefe militar, demonstra a importância que dava para mobilização dos exércitos visando à defesa do Reino. Cabe ressaltar que Sun Tzu restringe o poder do general somente à mobilização de pessoal, ensejando ao soberano a responsabilidade sobre os demais campos do poder a serem mobilizados, pois estes exigirão o esforço e o trabalho de toda a ação. Isto se deve pelas consequências geradas pela atividade militar e seus efeitos colaterais para a economia nacional.

Consoante ao exposto, no tocante a preparação para a guerra, Sun Tzu demonstra sua visão global para um conflito quando aborda as quatro expressões do poder nacional: política, militar, econômica e psicossocial. Ao tratar da abrangência da expressão econômica, SunTzu destaca os custos que o estado deverá arcar para a organizar, instruir e empregar um exército. Sobre isso, mostra a sua preocupação em alertar qualquer governante para os custosos valores que a preparação para a guerra impõe aos recursos do estado e conseqüentemente o sacrifício da população, assim descrito no em sua obra:

Organizar um exército de 100 mil homens e conduzi-lo a grandes distâncias acarreta enorme privação para o povo e um dreno nos recursos do estado. A despesa diária orçará em 30 kg de prata. Haverá comoção dentro do país e no exterior, e os soldados caíram exaustos nas estradas. Cerca de 700.000 famílias terão seu trabalho desorganizado.²

Desta feita, infere o pensador chinês, que para suportar os objetivos políticos estabelecidos pelo governante, o preparo para guerra e suas repercussões sobre economia, implicarão em um elevado preço para uma nação, que deverá proporcionar à expressão militar do seu poder nacional, as condições necessárias ao seu emprego. Além disso, apresenta sua estimativa de custo demonstrando a onerosidade para o tesouro nacional e sua população.

Isto posto, pode-se inferir que por mais altos que sejam os custos da organização e manutenção de forças armadas com real poder dissuasório, eles serão infinitamente inferiores comparados com as despesas e os sacrifícios decorrentes da guerra, ou seja, em caso de fracasso de seu poder dissuasório. Pois quando uma nação não tem alternativa a não ser o emprego do seu poder militar de forma direta, é porque foi incapaz de dissuadir seus adversários no seu intento.

No entanto, a maior contribuição do milenar mestre chinês não é por si só a importância dedicada na preparação e manutenção das forças armadas de uma nação mais sim na correlação que faz com a manutenção da paz em contrapartida ao poder dissuasório destas forças perante seus inimigos. Fica assim expresso que a mobilização para Sun Tzu faz parte da Grande Estratégia de uma nação, muito semelhante ao que se observa no Brasil pelo disposto em sua Estratégia Nacional de Defesa e, por conseguinte indicando a pertinência de inserir este assunto no Livro Branco de Defesa Nacional.

"Com suas forças intactas, ele disputará a supremacia do império e, assim, sem perder um só homem, o triunfo será completo."³

2.2 Maquiavel e os exércitos próprios

O mundo de Maquiavel transcorre no final da Idade Média e início da Idade Moderna, momento que testemunhará o desaparecimento das antigas instituições medievais e o surgimento dos principais estados absolutistas. Entretanto, a península itálica ainda permanecia fragmentada em pequenos reinos e feudos, compondo um verdadeiro quebra-cabeça político composto por Estados soberanos de dimensões territoriais e regimes políticos

¹ TZU, Sun, A Arte da Guerra, apud CARDOSO, Aberto Mendes, **Os Treze Momentos: análise da obra de Sun Tzu**. Rio de Janeiro: BIBLIEX, 1987, p.11.

² Idem p.27.

³ Idem p.34.

em diversos estágios de desenvolvimento, donde se destaca o Reino de Florentina, a qual Maquiavel serviu como assessor político. Dentre suas obras, *O Príncipe* e *A Arte da Guerra* merecem destaque para o escopo deste trabalho.

Quanto à preparação dos exércitos que o governante deve ter para defesa de seu reino, o autor estabelece a necessidade do aprovisionamento e da fortificação das cidades, pois acredita que essas medidas possibilitarão efeito dissuasório suficiente para desencorajar os ataques de inimigos, uma vez que estarão vendo as dificuldades impostas ao seu intento. Neste sentido, cita a Alemanha como exemplo:

[...] na Alemanha [...] as cidades estão fortificadas de tal modo que a impressão geral é de que seria difícil e aborrecido conquistá-la, pois possuem todos os fossos e bastiões necessários para a sua defesa, canhões suficientes e mantém sempre reservas de alimentos, água e combustível para um ano.⁴

Maquiavel viveu numa época em que ainda eram poucos os exércitos nacionais e a utilização dos exércitos de mercenários e de alianças eram práticas constantes. Quanto a este aspecto, o autor não aconselha a sua utilização, pois o governante terá que negociar com estes exércitos a vitória alcançada. Sendo assim, cabe a cada governante ter os seus próprios soldados, sob pena de ter seu reino invadido. Assim escreveu Maquiavel nesta passagem de *A Arte da Guerra*:

Portanto, todas as artes praticadas na sociedade em função do bem de todos, todas as instituições nela estabelecidas mediante o respeito às leis e o temor de Deus seriam vãs se não se preparasse também a sua defesa, a qual, se eficaz, permite que sejam mantidas mesmo quando forem estruturadas com imperfeição. Sem o apoio militar, contudo, as boas instituições não podem sobreviver em boa ordem, como o interior de um soberbo palácio que embora adornado com ouro e pedras preciosas, não tivesse cobertura para protegê-lo da chuva.⁵

Desta forma, este ensinamento serve para contrapor as ideias de desmilitarização do estado brasileiro sob a pretensão de uma força armada continental ou hemisférica, retórica comum no atual mundo globalizado.

Quanto ao material para a defesa da nação, Maquiavel cita uma passagem do velho testamento que ilustra perfeitamente a necessidade de combater com as suas próprias armas: quando Saul propôs a David lutar contra Golias⁶, o guerreiro filisteu, Saul deu suas armas a David para encorajá-lo, que às experimentou, mas não quis usar. Seu argumento foi que com elas não poderia lutar bem, preferindo enfrentar o inimigo com sua funda e um punhal. Em síntese, o ensinamento transmitido pelo autor com esta passagem é de que as armas alheias sobrecarregam e limitam, quando não falham.

Por conseguinte, fica a mensagem que cada exército deve conhecer e se adestrar com as armas que serão empregadas. Desta assertiva, surge para a atualidade o espírito mobilizador no discurso de Maquiavel, pois a fase de preparo da mobilização compreende, dentre tantas ações, uma política adequada para a indústria de produtos de defesa, compreendendo encomendas educativas que permitam o desenvolvimento tecnológico e também que atendam o adestramento das forças armadas.

A necessidade de cada governante possuir seus exércitos próprios fez que Maquiavel também se preocupasse com o destino e ocupação dos soldados após as guerras. Assim estabeleceu em seu discurso:

Não vos lembrais de que, havendo na Itália um grande número de soldados desocupados, terminada a guerra, se reuniram em bandos para saquear o país, sem que isso pudesse se evitado? Não sabeis que, depois da Primeira Guerra Púnica, os soldados

⁴ Idem, p.34.

⁵ MAQUIAVEL, Nicolau. **Escritos Políticos & A Arte da Guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p.101.

⁶ MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe e Dez Cartas**. Organização, tradução e apresentação, Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992, p.41.

cartagineses, chefiados por Mato e Spêndio, moveram contra Cartago uma guerra mais perigosa do que as hostilidades contra os romanos?⁷

Do exposto, fica mais um ensinamento para a atualidade: a importância da desmobilização dos recursos humanos empregados no esforço de guerra, não somente soldados, mas também toda população civil empregada. Os problemas sociais advindos da falta desta poderão comprometer a estabilidade social e a segurança pública.

Por fim, cabe asseverar que já à época de Maquiavel, observava-se a importância dedicada ao tema de preparo da expressão militar para a defesa da nação. Além disso, as implicações desse preparo nas expressões política, econômica e psicossocial, comprovam a transversalidade do tema mobilização e indica a pertinência de sua inserção no Livro Branco de Defesa Nacional. Assim, mais uma vez profetizou Maquiavel, demonstrando seu espírito mobilizador:

“Os homens, o ferro, o dinheiro e o pão constituem os pontos nevrálgicos da guerra, destes, os mais necessários são os dois primeiros, porque os homens e o ferro produzem pão e dinheiro, mas pão e dinheiro não fazem os homens e o ferro.”⁸

2.3 Clausewitz e a guerra absoluta

Carl von Clausewitz nasceu na Prússia pouco antes da Revolução Francesa, oportunidade em que testemunhou e participou das lutas contra Napoleão. Mas foi na Estratégia militar, como General do Exército Prussiano que deixou seu maior legado, a sua obra “Da Guerra”⁹.

Em sua trajetória como militar e teórico da guerra, pode observar a transição das guerras ainda limitadas nos seus efeitos, no tempo e no espaço, por um outro tipo de guerra com envolvimento de toda nação. Essas ainda eram comuns entre os inúmeros reinos e principados da Alemanha ainda não unificada, que por questões econômicas não buscavam batalhas decisivas, tão onerosas em recursos humanos, materiais e financeiros. Nestas batalhas, buscava-se através de manobras militares obter alguma vantagem tática ou estratégica, para então buscar um acordo diplomático, caracterizando o que hoje pode-se chamar de estratégia indireta.

As revoluções francesa e norte-americana, alteraram significativamente o perfil da guerra. Com Napoleão a guerra tornou-se um problema do povo e da nação. Os exércitos de cidadãos substituíram as tropas de mercenários e de exércitos profissionais, buscando sempre resultados decisivos consoantes com os objetivos estabelecidos pela política dos estados. Assim, o conceito de guerra com ilimitada violência concebida por Clausewitz envolveu todos os recursos da nação, assim descrito pelo mesmo:

As cousas estavam neste pé antes da Revolução Francesa. [...] A guerra então tornou-se um problema popular, de milhões de indivíduos, em que cada um se considerava um cidadão ligado ao estado.[...] Deste ponto em diante os meios disponíveis e os esforços que podiam ser realizados já não tinha limites definidos.¹⁰

Clausewitz considerava fundamental que a guerra estivesse sempre submetida à política. Isso porque nenhuma guerra pode ser vencida sem a compreensão precisa dos objetivos e da disponibilidade de meios, ou, sem o cálculo racional das capacidades e das oportunidades, ou ainda o estabelecimento dos limites éticos ao uso da força, sempre submetida aos objetivos políticos estabelecidos. Tal assertiva foi assim manifestada pelo

⁷MAQUIAVEL, Nicolau. **Escritos Políticos & A Arte da Guerra**. São Paulo: Martin Claret, 2002, p.108.

⁸ Ibid, p.128

⁹ Em 1819 começou a escrever a obra "*Vom Kriege*" (em português, "Da Guerra"), completando os primeiros 6 livros de 8, bem como o rascunho dos livros 7 e 8. Em 1827 iniciou a revisão de sua obra que foi interrompida com sua morte em 1831.

¹⁰ Ibid, p.722.

autor: "Deste modo, o objetivo político como mobil inicial da guerra , fornece a dimensão do fim a atingir pela acção militar, assim como os esforços necessários."11

Nesse sentido, o incremento tecnológico na área militar proporcionado pela revolução industrial potencializou a preconizada "guerra total". A exacerbação do sentimento nacionalista com a participação das massas, a padronização de armamentos, equipamentos e, o desenvolvimento de sistemas logísticos proporcionaram aos exércitos maior poder de fogo, mobilidade e a autonomia. Além disso, a economia baseada no setor industrial proporcionou ao estado executar a mobilização com a finalidade de preparar grandes contingentes para guerra. Ou seja, a relação entre os campos da ciência, tecnologia e economia passam a modificar profundamente o conceito e a amplitude de mobilização.

Na relação entre defesa e ataque, Clausewitz considera a defesa a forma mais forte de guerra, de maneira que afirmava que a guerra servia ao propósito da defesa bem mais do que ao do ataque. Para o autor o ataque é que causa a defesa, e, por conseguinte, a guerra. Nesse sentido, afirmava que o agressor é amante da paz, pois o ideal seria conquistar sem ter que lutar. Desta forma Clausewitz aborda de forma sutil a estratégia indireta da dissuasão, assim expresso em suas palavras: "É necessário estar preparado e disposto para a guerra para evitar que isso ocorra. Em outras palavras, são os fracos que precisam de defesa e que devem sempre estar armados para afastar os conquistadores." 12

Tal posicionamento reforça o propósito deste trabalho, conforme preconizado na END, e alinhado ao princípio da autodeterminação dos povos previsto no ordenamento jurídico nacional - o Brasil não participa de guerra de conquista -, na medida em que condiciona uma forte e crível capacidade de defesa a um eficiente efeito dissuasor.

Dentre os vários princípios da guerra deixados por Clausewitz, a busca pela guerra absoluta com o emprego máximo de violência, sem restrição de esforços ou meios da nação, é o que melhor aproxima sua teoria desse trabalho. A mobilização nacional, da forma como se apresenta na atualidade busca estar em condições de proporcionar à expressão militar do poder nacional toda gama de necessidades em pessoal e material, com o esforço de todos os setores que compõe poder nacional, pois somente desta forma este poder será transformado em potencial para atender as demandas de um conflito armado.

No entanto, frisa o autor que para assegurar a quantidade de meios a serem mobilizados¹³ para a guerra, deve-se considerar o objetivo político simultaneamente com o ponto de vista do inimigo, examinando seu poderio e suas capacidades que servirão de importante subsídio na preparação para a guerra, ou quanto mais completo e criterioso for o estudo do inimigo, bem como do objetivo a conquistar, melhor e mais eficiente será a mobilização a ser realizada. Quanto a essa assertiva clausewitiana, o Brasil, na atualidade busca um alinhamento com a prática, pois de acordo com o preconizado no Manual MD-41-M-01 Doutrina Militar de Mobilização Nacional¹⁴, as hipóteses de emprego estabelecidas para as Forças Armadas brasileiras possuem planos de mobilização distintos para cada situação hipotética concebida.

Outro aspecto a ressaltar na obra de Clausewitz é a questão do abastecimento dos exércitos, não sob a ótica da logística, mas sim da mobilização e mais especificamente das requisições. Ao longo da história, o ato de requisitar precede a concepção de mobilização. Por muito tempo a requisição foi o principal instrumento do estado para suprir suas necessidades durante a guerra.

A moderna guerra de movimento concebida em substituição às guerras estáticas e de cerco, implicou na substituição dos antigos armazéns colocados à disposição dos exércitos,

¹¹ Ibid, p.80.

¹² Ibid, p.428.

¹³ Ibid, p.714.

¹⁴ BRASIL. Ministério da Defesa. MD-41-M-01: Doutrina Militar de Mobilização Nacional. Brasília, DF, 2012.

Disponível em: <http://dsm.dgp.eb.mil.br/legislacao/Portarias/Portaria%20Normativa%20185_MD_27jan2012.pdf> Acesso 15 de março de 2012.p. 23.

por atos de requisição, que abrangiam desde o simples esbulho realizado pela tropa até a requisição regular com a participação das autoridades locais.¹⁵

No Brasil, a requisição foi amplamente utilizada desde o período colonial e no início do período republicano estando presente na atual Constituição da República. Uma questão de extrema importância acerca do tema de requisições, na atualidade, é o pagamento de indenização ao proprietário do bem requisitado. Em regra, as requisições pressupõem o pagamento de indenização ulterior ao ato administrativo do Poder Público.

Assunto considerado polêmico, a requisição é uma forma de intervenção do estado na propriedade, que apesar de constar do texto constitucional, depende de legislação complementar para sua eficácia. Além disso, a requisição está presente na Lei de Mobilização Nacional¹⁶ como instrumento de apoio durante a fase de execução da mobilização nacional. Sendo assim, aproveitando o amplo debate que envolve a elaboração do LBDN, a inserção na pauta sobre uma nova lei de Requisições visando reforçar os marcos legais que tratam de defesa no Brasil, é algo que reforça para a sociedade a necessária segurança jurídica para assuntos que envolvem a propriedade e os serviços.

Da leitura e análise da obra clausewitiana, fica a ideia força do alinhamento da política e da guerra, ou seja, a guerra ocorrerá ou não de acordo com a vontade política dos governantes. Por conseguinte, pode-se depreender que, a nação para prover sua defesa - objetivo político - deverá disponibilizar para o esforço de guerra os meios necessários disponíveis no poder nacional. Dentro dessa premissa, não há que se falar em uma força armada ser empregada sem o devido respaldo político e econômico da nação. Logo, é imperioso que haja o devido esclarecimento da necessidade de preparação da mobilização nacional desde os tempos de paz, visando o comprometimento político, no seu sentido mais amplo, bem como de toda sociedade, oportunidade que hora se descortina com a elaboração do Livro Branco de Defesa Nacional.

2.4 Giap e a mobilização psicossocial

O General Vo Nguyen Giap foi ministro da Guerra e Comandante-em-chefe do Exército Popular da Indochina durante a guerra de independência, contra a França, e na Guerra do Vietnã, contra os Estados Unidos da América, finda a qual unificou o Vietnã do Norte e Vietnã do Sul sob a mesma bandeira.

A trajetória vitoriosa sobre duas grandes potências do ocidente, e, somado ao fato de estar à frente de um exército popular, desorganizado e com toda carência de meios, faz de Giap um ícone da Guerra de Resistência. Por isso é considerado por ser um dos mais importantes estrategistas militares do século XX, como pode-se ver e em sua obra:

Do ponto de vista militar, a guerra de libertação do povo vietnamita provou que um exército popular, insuficientemente equipado, porém combatendo por uma causa justa, seguindo uma estratégia e uma tática adequadas, é plenamente capaz de vencer um exército moderno de agressores estrangeiros.¹⁷

Em sua obra escrita, Giap apresenta importante relato sobre a guerra da independência da Indochina, que culminou com a capitulação do exército Francês na Batalha de Dien Bien Phu, em 1954. Desta experiência, cabe destacar como contribuição para este trabalho, a impressionante mobilização de recursos humanos e psicossocial realizada, acrescida da mobilização de material proporcionada pelos meios apreçados em guerra.

No tocante a mobilização de recursos humanos e mobilização psicossocial, observa-se que as mesmas transcorreram de forma indissociável, pois tratava-se de um exército

¹⁵ Ibid, p.401.

¹⁶ BRASIL. Lei Nº. 11.631, de 27 de dezembro de 2007. Dispõe sobre a Mobilização Nacional e cria o Sistema Nacional de Mobilização - SINAMOB. Brasília. DF. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2007-2010/2007/Lei/L11631.htm> Acesso em: 02 de out. 2008.

¹⁷ GIAP, Vo Nguyen. **O Vietnã Segundo Giap**. 2.ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968, p.30.

popular com forte apelo nativista e ideológico. Sendo assim, o apoio da população pela causa era mera consequência, assim expresso em sua obra:

A Guerra de libertação do povo vietnamita era uma guerra justa, visando reconquistar a independência e a unificação da Pátria, proporcionar e assegurar aos camponeses o direito à terra e defender as conquistas da Revolução de Agosto. Antes de tudo, ela foi, também, uma guerra do povo. Educar, mobilizar, organizar e armar todo povo, afim de que ele participasse da resistência, foi uma questão decisiva¹⁸

Tal assertiva de Giap é justificada pois a mobilização e organização do povo do Vietnam, resultava em mobilizar e organizar a massa do campesinato, implicando assim importante apelo psicossocial com a questão da terra.

Assim, deflagrada a guerra após intensa campanha nacionalista de libertação observa-se que a mesma generalizou-se por todo território nacional sem uma frente definida, onde: “cada habitante era um soldado, cada aldeia uma fortaleza e cada conselho administrativo de comunidade um estado-maior” (GIAP, 1968)¹⁹. Demonstrando assim, o sucesso da Mobilização de recursos humanos com base em intensa mobilização psicossocial.

Quanto aos aspectos de mobilização de material, pouco se pode aproveitar da experiência de Giap, pois a base do equipamento militar do Exército popular do Vietnam provinha da China. Esta, além de simpática à causa de libertação, fornecia tais equipamentos tendo em contrapartida a imposição da ideologia comunista de Mao Tsé Tung. Porém, a mais significativa parcela de armamento e equipamento foi oriunda dos aprezos realizados do exército francês, como percebe-se nas palavras de Giap:

Em todo Vietnam não havia uma única fábrica de material de guerra; desde quase um século a posse e uso de armas haviam sido, sempre, rigorosamente proibidos pela administração colonial. Qualquer importação era impossível, por serem os países vizinhos hostis à Republica Democrática do Vietnam. A única fonte de abastecimento tinha que ser a frente de combate: tomar o material do inimigo para usá-lo contra ele. (GIAP, 1968)²⁰

Do exposto, fica evidente a grande contribuição de Giap quando o assunto for mobilização nacional. Lendo sua obra, tem-se a certeza que os aspectos econômicos de preparo da mobilização nacional são inexistentes, pois a ausência de indústrias e o status de colônia vivido pelo Vietnam traduzem esta assertiva. Por outro lado, a inequívoca e competente mobilização de recursos humanos, combinada com uma eficiente mobilização psicossocial de massa sendo respaldadas por forte ideologia política, apresenta uma nova fórmula de defesa da nação: a guerra de resistência.

Sobre esta combinação, forças militares e ação psicológica, assim manifestou-se André Beaufre quando aborda em sua obra a manobra pela lassidão:

“Assim, a operação desenvolve-se simultaneamente em dois planos, o plano material, das forças militares e o plano moral, da ação psicológica.”²¹

Sobre o enfoque da resistência, varios aspectos ensejam o preparo da mobilização voltado especificamente para esse fim. Tais ensinamentos de Giap devem ser observados pelo Brasil, que adota a estratégia da resistência com parte de sua grande estratégia, sendo, portanto, oportuno apresentar, por meio do Livro Branco de Defesa Nacional, como o estado brasileiro espera que seja a participação de sua sociedade em um momento crítico da defesa nacional.

2.5 Liddell Hart, André Beaufre, Raymond Aron, e a Estratégia Indireta da Dissuasão

Fazendo um contraponto à teoria da guerra total e direta de Clausewitz, Liddell Hart apresenta-se como alternativa com sua teoria da aproximação indireta que serviu de

¹⁸ Ibid, p. 27.

¹⁹ Ibid, p.46.

²⁰ Ibid, p.49.

²¹ BEAUFRE. André. **Introdução à Estratégia**. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998, p.127.

inspiração para um seleto grupo de seguidores como André Beaufre e Raymond Aron, defensores da estratégia de dissuasão, que muito tem a corroborar com este trabalho.

Nascido em Paris, França, no ano 1895, Liddell Hart participou como Oficial do Exército britânico na primeira Guerra Mundial, deixando o exército no pós-guerra por motivo de saúde, oportunidade em que passou a dedicar-se ao estudo dos assuntos de defesa e história. Liddell Hart, ao tratar da estratégia da Segunda Guerra Mundial, com base no pensamento do Gen Alemão Ludendorff, mentor do esforço de mobilização alemão, estabelece a relação que deve existir entre a expressão militar do poder e os demais campos do poder nacionais, assim expresso:

“Por outras palavras, aqueles que são responsáveis pela política nacional têm de passar um cheque em branco ao comandante militar, sacado dos recursos actuais da nação e sua prosperidade futura.”²²

Sobre este aspecto, cabe ressaltar o regime totalitário em que vivia o estado alemão àquela época. No entanto, é inequívoca a importância que dependência da expressão militar possui das demais expressões do poder nacional.

Quanto à mobilização polonesa para a Segunda Guerra Mundial, Liddell Hart aborda a limitada capacidade de mobilização industrial daquele país para fornecer os meios de emprego militar para suas forças. Tendo por premissa que o exército polonês tinha a época quase o mesmo efetivo do exército francês e pouco menor que o exército alemão²³, quando mobilizado aumentou somente em um terço suas forças, caracterizando assim limitada elasticidade em sua mobilização. Em contrapartida, as forças alemãs, no mesmo período duplicaram suas forças militares, conferindo à eficiência de sua mobilização industrial o sucesso na elasticidade de sua mobilização nacional.

Quanto à estratégia da dissuasão, Hart apresenta esta como uma opção aos estados mais conservadores que não se interessam pela conquista:

Para servir o verdadeiro desígnio dos povos satisfeitos com suas fronteiras territoriais e, sobretudo preocupados em preservar a sua segurança e manter o seu modo de vida [...] O estado conservador pode alcançar o seu objeto limitando-se apenas a dissuadir o agressor de tentar efectuar a conquista, convencendo-o de que o esforço não valerá a pena. A sua vitória, na verdadeira acepção da palavra, é alcançada quando convence o outro lado a desistir da vitória. (HART, 2011) ²⁴

Porém, a contrassenso do exposto, afirma Hart que os estados conservadores, mais pacíficos, tendem a correr riscos desnecessários, pois em caso de guerra estão dispostos a recorrer a soluções extremas²⁵. De posse desta assertiva, e fazendo um paralelo à Estratégia Nacional de Defesa brasileira, o estado brasileiro deve preparar suas forças coerentemente com a estratégia de dissuasão que pretende adotar, oportunidade em que se evidencia a fase de preparo da mobilização nacional, de maneira a demonstrar sua capacidade de mobilização como ferramenta dissuasória que deve ser.

Admirador do pensamento de Liddell Hart, André Beaufre, estrategista e General do Exército francês na Segunda Guerra Mundial, aborda a estratégia da dissuasão com meios nucleares. Neste caso, por respeito ao Tratado de Não proliferação Nuclear²⁶, assinado e ratificado pelo governo brasileiro, e ao princípio da legalidade²⁷ presente no ordenamento jurídico brasileiro, esta abordagem da dissuasão não será estudada neste trabalho.

²² HART, Basil Henry Liddell. **Estratégia: A abordagem indirecta**. 1ed. Lisboa: Tinta da China, 2011, p 267.

²³ Ibid, p. 280.

²⁴ Ibid, p.425.

²⁵ Ibid, p.430.

²⁶ O Decreto Nº 2864, de 7 de dezembro de 1998 promulga o Tratado sobre a Não proliferação de Armas Nucleares, assinado em Londres, Moscou e Washington, em 1º de julho de 1968.

²⁷ O princípio da legalidade é típico do Estado de Direito, e vem consagrado no inciso II do artigo 5º da Constituição Federal, dispondo “*que ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de Lei*”.

Entretanto, o referido autor, estabelece a dissuasão complementar como forma de solucionar o impasse nuclear, com a utilização de procedimentos de ordem material com esforço em armamentos convencionais²⁸.

Sobre a estratégia de dissuasão, Raymond Aron²⁹ é mais abrangente quando trata da dissuasão por meios convencionais. Afirma o autor que a dissuasão é tão antiga como a humanidade, sendo praticado inclusive nos relacionamentos interpessoais. Quanto aos estados, o mecanismo da dissuasão pode funcionar também entre duas unidades políticas, sendo ambas soberanas e armadas, mesmo na ausência de uma ameaça explícita³⁰. Sendo assim, um Estado neutro depende, por definição, da dissuasão, pois não pretende impor aos demais sua própria vontade, mas somente convencê-los a não interferir em sua independência e soberania. Vale ainda o destaque que neste caso a dissuasão torna-se puramente defensiva, pois o Estado neutro busca exclusivamente evitar a agressão dirigida contra ele, exercitando assim a dissuasão somente em seu próprio benefício.

Aron também estabelece duas condicionantes para a efetividade da dissuasão: a disponibilidade de meios materiais que dispõe o Estado e a resolução da nação em aplicar a força dissuasória em caso de necessidade. Assim expresso em sua obra:

Hoje como ontem, a dissuasão depende dos meios materiais de que dispõe o Estado e da sua resolução, vista pelo Estado que é objeto da dissuasão. O problema essencial da dissuasão é ao mesmo tempo psicológico e técnico. De que modo um Estado, que está diplomaticamente na defensiva, pode convencer um outro, engajado em ofensiva diplomática, de que executará sua ameaça? ³¹

Para esta resposta é necessário a compreensão de que a ameaça é menos convincente quando sua execução contraria os interesses do Estado dissuasor. Ou seja, a dissuasão deve ser crível e executável pelo estado ameaçado. Neste contexto, cabe uma reflexão: seria a estratégia da dissuasão prevista na Estratégia Nacional de Defesa, assunto abordado no capítulo anterior, crível e executável com base na mobilização nacional e na elasticidade preconizada no mesmo documento. Obviamente, para responder esta questão de estudo seria necessária a realização de outro trabalho, no entanto, pode-se inferir que a atual mobilização nacional possui sérias restrições em seu planejamento, que impactariam negativamente durante sua execução, comprometendo assim a citada estratégia, motivo pelo qual atesta a pertinência da inserção do assunto no o LBDN.

2.6 Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List e os fundamentos econômicos para a defesa da Nação

Adam Smith, Alexander Hamilton e Friedrich List não pertencem ao seletor grupo de estrategistas e teóricos da guerra apresentados até o momento, pois economistas que foram apresentaram importantes fundamentos na área econômica. No entanto, valendo-se da transversalidade da temática de mobilização, as ideias destes pensadores tem absoluta pertinência na argumentação para sua inserção no LBDN.

Adam Smith viveu na segunda metade do século XVIII, em pleno iluminismo, oportunidade em que se tornou um dos principais teóricos do liberalismo econômico. Sua principal teoria baseava-se na ideia de que deveria haver total liberdade econômica para que a iniciativa privada pudesse se desenvolver, sem a intervenção do Estado. Sua argumentação tinha por base que a livre concorrência entre os empresários regularia o mercado, provocando não só a queda de preços, mas também as inovações tecnológicas necessárias para melhorar a qualidade dos produtos e aumentar o ritmo de produção. Tais fundamentos

²⁸ BEAUFRE, op. cit. p. 95.

²⁹ Raymond Aron foi um filósofo, sociólogo e comentarista político francês. O humanismo e liberalismo de Aron faziam contraponto ao existencialismo marxista, a medida em que admirava a evolução econômica e social do mundo ocidental.

³⁰ ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002, p. 510

³¹ Ibid, p. 511.

foram apresentados por Smith em sua clássica obra “A Riqueza das Nações”, publicada no ano de 1776.

Crítico declarado das teorias mercantilistas praticadas pelos estados absolutistas enfatizou suas teorias monetárias combatendo o acúmulo, por parte do Estado, de grandes reservas financeiras como “fundo de guerra”³². No entanto, a contrassenso do que pregava admitia uma Inglaterra preparada para guerra, devido a sua condição de nação industrializada, rica, e, segundo sua análise a com maior possibilidade de ser cobiçada e atacada. Porém, defendia tal preparo a revelia dos citados fundos e apoiados em ampla capacidade produtiva do Estado, que trariam a efetiva riqueza necessária para a defesa da nação.

Em que pese seu discurso liberal e a propagação do mesmo através da Idade Contemporânea, Smith não se afastou totalmente das teorias mercantilistas em ao menos um ponto: o da defesa da nação. Sendo assim, defendia a necessidade da intervenção do estado nos assuntos econômicos, desde que fosse essencial ao poder militar da nação para sua defesa.

Quanto à proteção da indústria nacional, Smith também admitia, apesar de sua posição liberal, a adoção de medidas protecionistas sempre que tratassem da segurança nacional, assim declarado pelo autor:

“Será, de modo geral, vantajoso colocar algumas dificuldades para a indústria estrangeira, a fim de encorajar a doméstica, [...] em particular quando essa indústria for necessária para a defesa do país.”³³

Fazendo um contraponto a Adam Smith, seu maior crítico, Alexander Hamilton caracterizou-se por ser um nacionalista econômico. A participação no processo e na guerra de independência dos Estados Unidos da América, quando serviu a George Washington, credenciou-lhe as qualidades para tornar-se o primeiro Secretário do Tesouro no Governo Norteamericano. Desta forma, estabeleceu e teve influência no desenvolvimento das bases do capitalismo americano.

De todos seus trabalhos produzidos enquanto Secretário do Tesouro, seu “Relatório das Manufaturas” é um documento clássico anunciando o futuro industrial dos Estados Unidos, que logo seria alcançado. Neste caso, Hamilton opunha-se à visão de uma nação americana agrária e apostava em uma dinâmica economia industrial, defendendo inclusive políticas protecionistas para que a indústria americana pudesse se desenvolver no futuro.

Em síntese, o objetivo principal da obra de Hamilton era promover as manufaturas de maneira a tornar os EUA independentes das demais nações quando o assunto fosse meio de emprego militar ou qualquer produto essencial à defesa nacional³⁴. Nesse sentido, quanto à indústria nacional Hamilton defendia a extraordinária ajuda e proteção governamentais, particularmente ao setor de defesa nacional, como se pode ver no texto a seguir:

Armas de fogo e outros materiais bélicos devem, acredita-se, ser classificados, sem qualquer contestação, entre artigos taxados em 15%. Existem muitos fabricantes de tais artigos nos Estados Unidos que só necessitam de estímulo e um certa demanda para suprirem adequadamente o país.³⁵

No tocante ao desenvolvimento e manutenção da incipiente indústria de defesa, Hamilton foi pródigo ao estabelecer encomendas educativas, como no expresso no texto a seguir:

³² EARLE, Edward Mead. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: Fundamentos Econômicos do Poder Militar. In: PARET, Peter. **Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel a era nuclear**. Vol. I. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001, seção 8, p. 301.

³³ Ibid, p.305.

³⁴ Ibid, p. 135, 136.

³⁵ Ibid, p. 167, 168.

Seria também importante ajuda material para esses tipos de fabricantes, bem como um meio de segurança pública, se fossem tomadas providências para aquisição anual de armas militares, de fabricação endógena, em quantidades suficientes para garantir a formação de arsenais; e para a substituição de tempos em tempos, daquelas que fossem desgastadas pelo uso, de modo a se ter em estoque uma quantidade de cada tipo de arma que fosse considerada suprimento conveniente. ³⁶

Outro aspecto ressaltado por Hamilton foi o criterioso controle estatal das indústrias de defesa essenciais à defesa nacional, pois para ele seria uma imprevidência deixar que materiais essenciais à defesa nacional ficassem sujeitos à especulação privada e a variação do mercado:

“uma nação menosprezada por sua fraqueza abre mão do privilégio de ser neutra, pois somente fortes poderemos escolher a paz ou a guerra em função do que nossos interesses, guiados pela justiça, ditem.” ³⁷

A contribuição de Hamilton não se limitou às questões sobre o incentivo e proteção à indústria doméstica, mas alcançou com muita propriedade as questões sobre o relacionamento civil e militar e a conciliação com as liberdades políticas básicas. Neste sentido defendeu que não bastava a autoridade do estado para a mobilização de um exército em tempo de guerra, mas sim a adoção de um exército permanente adequado às necessidades do país. Desta forma, asseverou que o estado não deveria temer em colocar poderosos meios a disposição dos militares com receio de que fosse colocado em risco tais liberdades, sob pena de colocar estas mesmas liberdades a mercê de invasores estrangeiros.

Ainda sobre a constituição do exército, defendia a profissionalização, afirmando que:

“a guerra, como a maioria das coisas, é uma ciência que deve ser aperfeiçoada pela diligência, pela perseverança, pelo tempo e pela prática.”³⁸

Muitos outros aspectos políticos e econômicos foram abordados por Alexander Hamilton em suas obras, no entanto, menos relevantes ao escopo deste trabalho, que identifica como maior valor deixado pelo autor o desenvolvimento da indústria americana e a estrutura da política econômica dos Estados Unidos.

Friedrich List, grande apreciador da obra de Hamilton, destacou-se por suas ideias liberais e nacionalistas no final do Sec. XVIII e primeira metade do Sec. XIX. De acordo com o seu pensamento econômico, as indústrias nacionais não poderiam desenvolver-se com o mercado ocupado previamente por indústrias de países estrangeiros economicamente mais avançados. Nesse caso, List justifica um protecionismo educador, tendo por objetivo proteger temporariamente o mercado nacional a fim de assegurar a consolidação das indústrias nacionais, para que a médio prazo pudessem concorrer com sucesso num ambiente de livre concorrência que não se transformasse rapidamente num sistema de sentido único pelo esmagamento das indústrias do território economicamente menos desenvolvido.

Da obra de List observa-se um alinhamento com as ideias de Hamilton e uma oposição clara a Smith, na medida em que se aproxima dos temas centrais do mercantilismo - a unificação racional e o desenvolvimento do poder nacional por meio da política econômica.

List condenava a ideia de que uma nação baseasse a sua política econômica na suposição de um estado de paz perpétuo proporcionado por uma federação mundial, ideias essas defendidas pelos defensores das políticas liberais. Sendo assim, acreditava ser uma insensatez por parte de qualquer estado do mundo moderno desmobilizar seus exércitos, destruir suas frotas e demolir suas fortalezas sobre a pena de buscar seu próprio aniquilamento.

Quanto a este último pensamento cabe comentário ao que se procurou padronizar no Brasil durante a década de 1990, quando por conta da globalização e das políticas liberais

³⁶ Idem

³⁷ Ibid, p. 322.

³⁸ Ibid, p. 323.

que a impulsionaram, o questionamento da existência de forças armadas compatíveis com a estatura geopolítica brasileira por alguns segmentos da sociedade brasileira e até mesmo por lideranças de nações estrangeiras. Surge daí o atual estado de sucateamento dos meios de emprego militar das forças armadas brasileiras, criando não somente um hiato tecnológico, mas também uma lacuna de infraestrutura militar para atender às necessidades básicas da nação. Tal fato indica numa imediata reflexão por toda sociedade brasileira sobre a reposição urgente da capacidade operativa das forças responsáveis pela defesa nacional.

Quanto à questão da produção industrial, List relacionou o poder produtivo diretamente ao o poder da nação no concerto global bem como a sua independência em tempo de guerra, condicionando sistematicamente os princípios econômicos e suas implicações na política:

"No tempo em que ciências técnicas e mecânicas exercem tão grande influência sobre os métodos de conduzir a guerra; e quando todas as operações semelhantes às da guerra dependem tanto das condições de renda nacional; quando uma defesa eficaz deriva de perguntas sobre a massa populacional da nação, se rica ou pobre, inteligente ou estúpido, energética o mergulhada na apatia; quando a fidelidade dessa massa é exclusivamente dada a pátria mãe e ou parcialmente a países estrangeiros; quando se pode reunir muitos ou poucos defensores do país, no tempo como esse, mais do que nunca, os valores das manufaturas os devem ser avaliados do ponto de vista político".³⁹

Outra contribuição do teórico econômico alemão foi a importância dada aos transportes para defesa nacional, em particular as estradas de ferro. List previu que a rede de estradas de ferro visualizada para Alemanha unificada permitiria ao seu exército, em caso de eventual invasão, realizar o movimento de tropas em todo território nacional, conduzindo a mesmas do interior para as fronteiras, possibilitando assim rápida concentração em caso de invasão, fato comum nos dois últimos séculos. Desta forma, foi um defensor implacável da urgência na construção desta infraestrutura de transportes:

"Cada quilômetro de estrada de ferro que uma nação vizinha completa antes de nós, cada quilômetro a mais que ela possua, proporciona-lhe vantagem sobre nós"⁴⁰.

Esta assertiva foi comprovada e materializada por ocasião da Guerra Franco-prussiana, pois as estradas de ferro além de simplificar os problemas logísticos permitiram a rápida concentração estratégica de grandes efetivos do exército alemão juntamente com munição e suprimentos de toda a classe, surpreendendo assim seu opositor, a França.

Sendo assim, analisando os pensamentos de Adam Smith, Alexander Hamilton e Friedrich List observa-se a forte influência de suas nacionalidades inglesa, a americana e alemã em suas teorias. No entanto, é lugar-comum para ambos o entendimento que o poder militar é constituído sobre fundamentos econômicos, os quais cada um advogou um sistema que melhor atendesse as necessidades de seu próprio país. Sendo assim, enseja o ensinamento para as autoridades que conduzem o planejamento de defesa brasileiro adotem o modelo e o plano que melhor atendam aos interesses da nação, sem descuidar da defesa nacional.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Da leitura e análise referencial teórico apresentado podem-se inferir sinteticamente as seguintes considerações apresentadas nos parágrafos subsequentes.

O poder político, representado pelos governantes, deve proporcionar a adequada capacidade militar compatível com a grandeza do objetivo político pretendido, bem como coordenar com as demais expressões do poder nacional a capacidade de mobilização de recursos humanos e de materiais necessários a sustentação da defesa.

³⁹ Ibid, p. 334.

⁴⁰ Ibid, p.343

A adoção de uma estratégia de dissuasão implica na existência de uma capacidade de pronta resposta, com base na manutenção de forças armadas próprias com capacidade militar compatível em tempo de paz, aliada a uma capacidade de mobilização eficiente de forma a tornar o efeito dissuasório crível ao potencial oponente. Vale lembrar, que por mais dispendiosos que possam parecer os investimentos na área de defesa, serão invariavelmente e infinitamente inferiores às despesas financeiras e às perdas humanas e materiais decorrentes de um conflito e seus efeitos colaterais sobre toda sociedade.

Para a consecução dessa servidão, caberá ao poder político envidar esforços no campo econômico, atribuindo o investimento em defesa como fundamento econômico. Nesse sentido, deve desenvolver incentivar, proteger e controlar a indústria de material de defesa, que, de maneira indissociável com o campo da ciência e tecnologia deve buscar uma autonomia em produtos de defesa de emprego estratégico para o país.

Ainda no campo econômico a adequação da infraestrutura do país às necessidades da defesa também é uma condicionante no preparo da mobilização nacional. Desejável também é a disponibilização, desde o tempo de paz dos meios de emprego militar para o adestramento das forças armadas, pois não basta ter uma boa capacidade de mobilização estando em tempo de paz às forças armadas sucateadas, despreparadas e mal equipadas para cumprir sua destinação. Para isso não há que temer em colocar poderosos meios a disposição dos militares com receio de colocar em risco as liberdades da sociedade, sob pena de colocar estas mesmas liberdades a mercê de invasores estrangeiros.

Quanto à mobilização de recursos humanos a conscrição universal é uma das condições para o engajamento da sociedade. O exército de cidadãos representativo de toda sociedade permitirá a mesma uma visão global e participativa da defesa nacional. Não obstante, deve-se buscar a necessária profissionalização de determinados segmentos das forças armadas, responsáveis por conduzir a massa mobilizada. Por outro lado, deve-se preparar a sociedade para receber estes cidadãos por ocasião de sua desmobilização, sob o risco de incorrer em sérios problemas sociais.

Por fim, a preparação da mobilização nacional passa também pelo estabelecimento de marcos legais regulatórios, de maneira a proporcionar a necessária segurança jurídica durante a fase de execução, como no caso da requisição, tão bem abordada por Clausewitz.

4 REFERÊNCIAS

ARON, Raymond. Paz e Guerra entre as Nações. São Paulo: Universidade de Brasília, 2002, 932p.

BEAUFRE. André. Introdução à Estratégia. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1998, 156 p.

CLAUSEWITZ, Carl Von. Da Guerra. São Paulo: Martins fontes, 1979. 787 p.

EARLE, Edward Mead. Adam Smith, Alexander Hamilton, Friedrich List: Fundamentos Econômicos do Poder Militar. In: PARET, Peter. Construtores da Estratégia Moderna: de Maquiavel a era nuclear. Vol I. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 2001, seção 8, p 295-294.

GIAP, Vo Nguyen. O Vietnam Segundo Giap. 2 ed. Rio de Janeiro: Saga, 1968. 149 p.

HART, Basil Henry Liddell. Estratégia: A abordagem indirecta. 1ed. Lisboa: Tinta da China, 2011, 493 p.

MAQUIAVEL, Nicolau. Escritos Políticos & A Arte da Guerra. São Paulo: Martin Claret, 2002, 135p.

MAQUIAVEL, Nicolau. O Príncipe e Dez Cartas. Organização, tradução e apresentação, Sérgio Bath. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1992., 102p.

TZU, Sun, A Arte da Guerra, apud CARDOSO, Aberto Mendes, Os Treze Momentos: análise da obra de Sun Tzu. Rio de Janeiro: BIBLIX, 1987.

SOBRE O ARTIGO E O AUTOR

Artigo apresentado no VI ENABED em São Paulo, 2012.

Citação:

RAMOS, C.E.F. A importância da mobilização nacional sobre os ombros de gigantes. Coleção Meira Mattos, revista das ciências militares, nº 27, 3º quadrimestre 2012. Rio de Janeiro: ECEME, 2012.

Palavras chave: Mobilização Nacional; Livro Branco de Defesa; Estratégia

Sobre o autor:

CARLOS EDUARDO DE FRANCISCIS RAMOS – Tenente-Coronel do Exército Brasileiro. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (1990), Bacharel em Direito pela Universidade Estácio de Sá (2005), mestre em Operações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (1998), doutorado em Ciências Militares pela Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (2008) e Pós-Doutorado em Administração Pública pela EBAPE/FGV (2012). Atualmente, coordena o programa de Pós-Graduação nível mestrado na ECEME, tendo desenvolvido pesquisas na área das Ciências Militares em especial em Logística e Mobilização Nacional, participando de grupos de trabalho para elaboração de documentos e legislação referente à área junto ao Ministério da Defesa.

<http://lattes.cnpq.br/8217364275916775>

Contato:

Email: defranciscis@hotmail.com

Endereço para correspondência:

Praça General Tibúrcio, 125. Urca, Rio de Janeiro, RJ. CEP: 22.290-270

Recebido em novembro de 2012

Aprovado para publicação em dezembro de 2012